

Parcela N.º	Nomes de Proprietários, Possuidores (P), Usufrutuários (U) ou Titulares Inscritos (TI), Conjuges e Moradas	(P) (U) (TI)	Matriz: R: Rústica; U: Urbana; omissa.	Freguesia	Descrição Predial	Confrontações do Prédio	Declarações Complementares	Área de Serviço do Prédio (m2)
562	MANUEL DE JESUS DIONÍSIO BIDOEIRA DE CIMA 2400 LEIRIA	P	R:1942º	Milagres	OMISSO	Norte: MARIA DA CONCEIÇÃO Sul:LUÍS DE SOUSA GAGO Nascente: CAMINHO Poente: MARIA DE JESUS DO PINHAL	Este prédio tem natureza rústica, situa-se no lugar de Barrouco, compõe-se de pinhal, está inscrito no referido artigo matricial rústico 1942º e tem a área de 2040 m2.	404
618	MARIA HELENA NORTE ZAMBUJO FERNANDO DOMINGUES NORTE Casados BIDOEIRA DE CIMA 2400 LEIRIA	P	R:2687º	Milagres	1428/19990604		Este prédio, inscrito no artigo matricial rústico 2687º da referida freguesia de Milagres, encontra-se descrito sob o n. 1428/19990604 da freguesia de Bidoeira de Cima.	540
	ANTÓNIO NORTE ZAMBUJO MARIETA DUARTE FIALHO ZAMBUJO Casados GAEIRAS 2510 ÓBIDOS	P						

301033116

## Direcção Regional da Economia do Norte

## Rectificação n.º 2732/2008

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 28 022/2008, publicado no DR, 2.ª série, n.º 228, de 2008-11-24, a.p. n.º 47722, rectifica-se que onde se lê «8 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas:

a) Satisfaçam as condições estabelecidas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Possuam pelo menos três anos na respectiva categoria classificados de Bom alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

c) Preferencialmente com experiência comprovada na área da Qualidade, nomeadamente de dos requisitos legais aplicáveis ao licenciamento de equipamentos sob pressão (ESP's) e de cisternas, bem como bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador»

deve ler-se «8 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas:

a) Satisfaçam as condições estabelecidas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Possuam pelo menos três anos na respectiva categoria classificados de Bom alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

c) Licenciatura em Engenharia Mecânica, preferencialmente com experiência comprovada na área da Qualidade, nomeadamente de dos requisitos legais aplicáveis ao licenciamento de equipamentos sob pressão (ESP's) e de cisternas, bem como bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador» e onde se lê «14 — O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Curriculum profissional detalhado, datado, assinado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação das actividades relevantes e dos respectivos períodos de duração, assim como a formação profissional detida, com indicação das acções de formação frequentadas (cursos, estágios, encontros e simpósios, especializações e seminários), indicando a respectiva duração e datas de realização;

b) Documento autêntico ou autenticado do certificado de habilitações literárias;

c) Declaração, devidamente actualizada e autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na categoria, na carreira, e na função pública, bem como indicação da classificação de serviço ou a avaliação do desempenho na sua expressão quantitativa e qualitativa, referente ao anos relevantes;

d) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo onde foram exercidas as funções durante os anos relevantes para efeitos de acesso na carreira, que descreva as tarefas e responsabilidades cometidas ao funcionário;

e) Documentos comprovativos das habilitações profissionais e das acções de formação frequentadas, com indicação das entidades que as promoveram e respectiva duração em horas;

f) Suprimento da avaliação de desempenho — o eventual suprimento da avaliação do desempenho será efectuado mediante requerimento do interessado, dirigido ao presidente do júri do concurso, apresentado até ao termo do prazo referido no n.º 1, e instruído com declaração emitida e autenticada pelo serviço a cujo quadro o candidato pertence, na qual

se declare não ter sido atribuída ao funcionário a classificação de serviço reportada aos anos em falta» deve ler-se «14 — O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Curriculum profissional detalhado, datado, assinado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação das actividades relevantes e dos respectivos períodos de duração, assim como a formação profissional detida, com indicação das acções de formação frequentadas (cursos, estágios, encontros e simpósios, especializações e seminários), indicando a respectiva duração e datas de realização;

b) Documento autêntico ou autenticado do certificado de habilitações literárias;

c) Declaração, devidamente actualizada e autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na categoria, na carreira, e na função pública, bem como indicação da classificação de serviço ou a avaliação do desempenho na sua expressão quantitativa e qualitativa, referente ao anos relevantes;

d) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo onde foram exercidas as funções durante os anos relevantes para efeitos de acesso na carreira, que descreva as tarefas e responsabilidades cometidas ao funcionário;

e) Documentos comprovativos das habilitações profissionais e das acções de formação frequentadas, com indicação das entidades que as promoveram e respectiva duração em horas»

25 de Novembro de 2008. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura*.

## Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologias e Inovação

## Despacho (extracto) n.º 32031/2008

Por despacho de 23 de Outubro de 2008 da Presidente do Conselho Directivo do INETI, em exercício:

Elsa Margarida Nunes Leal Gonçalves, assistente de investigação, com contrato administrativo de provimento no ex-INET Industrial — autorizada a prorrogação, por um biénio, do referido contrato administrativo de provimento, com início a 14 de Fevereiro de 2009.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Michele Cambraia Branco*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

## Gabinete do Ministro

## Despacho n.º 32032/2008

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 1 do

artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 8/2007, de 27 de Fevereiro, que aprova a orgânica da Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de subdirectora-geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural a licenciada Flávia Manuela dos Santos Ramos Alfarroba.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 4 de Dezembro de 2008.

4 de Dezembro de 2008. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

#### Nota curricular

Flávia Manuela dos Santos Ramos Alfarroba, natural de Mogadouro, distrito de Bragança, data de nascimento: 27 de Janeiro de 1955.

Membro dos Colégios de Engenharia Agronómica e Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros.

Assessora Principal do quadro da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Habilitações Académicas:

Licenciada em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia, Especialidade de Fitopatologia — 1979;

Bolseira da Comunidade Económica Europeia para o Programa Comunitário (1990-1994) Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração no domínio da Agricultura, Agro-Indústria e Pescas — Estágio na Universidade Técnica de Lyngby Dinamarca (1993);

Bolseira da European Environmental Research Organisation (EERO) (1992);

Bolseira da Embaixada da França em Portugal (1975) — Hospital Salvador Marselha (França);

Frequentou vários cursos a nível internacional e nacional, incluindo universitários, no âmbito da Toxicologia, Ecotoxicologia e Comportamento Ambiental (1981-1994).

Actividade profissional:

Directora de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, desde 1 de Março de 2007;

Subdirectora-geral de Protecção das Culturas (2001-Fevereiro de 2007);

Coordenação da Área Ambiental da Direcção-Geral de Protecção das Culturas (2001-2007);

Coordenação da Área Internacional de Produtos Fitofarmacêuticos (2001-2007);

Assistente de investigação científica (1991-1997);

Provas prestadas na área de «Resíduos de pesticidas» e «Riscos para organismos aquáticos»;

Coordenadora do Núcleo de Ecotoxicologia e Comportamento Ambiental da Direcção-Geral de Protecção das Culturas (1995-2001);

Vogal da Comissão de Avaliação Toxicológica de Produtos Fitofarmacêuticos (1995-2004);

Técnica superior do Centro Nacional de Protecção da Produção Agrícola (1980);

Colaboração com a Comissão Nacional do Ambiente (1979-1980).

Experiência profissional:

Presidente do Grupo do Conselho da União Europeia «Questões Agrícolas»/Nova política comunitária em matéria de produtos fitofarmacêuticos, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia (Julho-Dezembro 2007);

Membro do Advisory Steering Committee of Pesticides da European Food Safety Authority (EFSA) (desde 2008);

Membro do Advisory Forum of Plant Health da EFSA (desde 2008);

Membro do Grupo de Produtos Fitofarmacêuticos da Organização Europeia de Protecção das Plantas (OEPP) (desde 2007);

Membro do FOCUS Steering Meeting Committee of Pesticides da Comissão Europeia (1994-2007);

Membro do EU FOCUS MED Rice da Comissão Europeia (1999-2002);

Membro do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e Saúde Animal da Comissão Europeia (desde 2002);

Membro dos Grupos da Comissão Europeia «Legislação», «Avaliação» de Pesticidas (1986-2001);

Participação no conselho de administração da Organização Europeia de Protecção das Plantas (OEPP) (1986-2001);

Participação no conselho de administração do Instituto Comunitário de Variedades Vegetais CVV (2003-2005);

Colaboração com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e Sociedade de Toxicologia e Química (SETAC).

#### Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

##### Despacho n.º 32033/2008

Por despacho de 04-12-2008 do Sr. Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte, foram colocados em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, os funcionários infra indicados, por preencherem os requisitos constantes da alínea b) do Despacho n.º 27 266-A/2008, de Sua Ex.ª o Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 207, de 24 de Outubro de 2008, com efeitos no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalão	Índice
Mário dos Santos . . . . .	Nomeação definitiva . . .	Agente Técnico Agrícola . . .	Técnico Prof. Principal . . .	5.º	295
António Santos Gomes . . . . .	Nomeação definitiva . . .	Agente Técnico Agrícola . . .	Técnico Prof. Especialista . . .	3.º	295

5 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Apoio e Gestão de Recursos, *Adília Josefina Ribeiro Domingues*.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

#### Despacho n.º 32034/2008

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a partir de 1 de Dezembro de 2008, do cargo de assessora do meu Gabinete a licenciada Ana Paula Gonçalves Ferreirinha Brás de Oliveira, nomeada pelo despacho n.º 8841/2007 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 16 de Maio de 2007.

28 de Novembro de 2008. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

### Secretaria-Geral

#### Despacho n.º 32035/2008

De acordo com a fundamentação constante da proposta de nomeação apresentada pelo júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia do 2.º grau, do quadro de cargos de direcção definido no mapa anexo ao Decreto Regulamentar n.º 60-A/2007, de 30 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que a alterou e republicou:

1 — Nomeio em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Chefe de Divisão de Informação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a licenciada Luísa Maria Borges, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.